

MESA-REDONDA 1

POR UMA SOCIEDADE PLANETÁRIA: RESPONSABILIDADES INDIVIDUAIS E COLETIVAS

Mediador: Fábio Feldmann

Debatedores: Alaôr Caffé Alves
Randau Marques
Raimar da Silva Aguiar
Wilhelm Knabe
D. Paulo Evaristo Arns

Cidadania Planetária Implica Fim da Miséria e Promoção da Justiça Social

Uma sociedade planetária é inalcançável sem uma mudança na ordem econômica mundial, que perpetua o desequilíbrio nos padrões de consumo entre os países industrializados e não industrializados, através de políticas de dominação que têm grande responsabilidade na destruição do planeta. Assim, a questão da erradicação da miséria e a procura pela promoção da justiça social, devem ser encaradas à luz da consciência de se ter um meio ambiente ecologicamente equilibrado, primeiro passo para o desfrute efetivo da cidadania. E só uma intensa mobilização da opinião pública mundial fará com que as novas convenções internacionais se encaminhem para soluções concretas, ao invés de meras declarações retóricas. Estes são alguns pontos de consenso dos participantes da mesa-redonda "Por Uma Sociedade Planetária: Responsabilidades Individuais e Coletivas".

Quem pagará o desenvolvimento sustentável? A questão dos recursos financeiros, no entender do presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Federal, deputado Fábio Feldmann, é a principal em todo o processo de preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. E é exatamente por não se ter chegado a um consenso quanto ao rateio das despesas, que continua a indefinição sobre a Agenda 21, na reunião do Prepcon, que está acontecendo neste momento em Nova Iorque. Uma série de estratégias deverá ser adotada para a transição do atual modelo de desenvolvimento, visando atingir o desenvolvimento sustentável - aquele que compatibiliza respeito ao meio ambiente e progresso econômico.

O ponto de chegada, diz Feldmann, já está fixado: é a cidadania planetária, "em que nós tenhamos como objetivo o planeta como um todo, definindo a partir daí responsabilidades individuais e coletivas, e criando instrumentos legais em nível internacional que o preservem para as presentes e futuras gerações".

Avançar até ele, entretanto, é outro problema: há interesses poderosos no caminho. Um dos pontos de convergência desta mesa-redonda foi o de que não há uma disposição das nações ricas no sentido de alterarem seus padrões tradicionais de relacionamento com as nações em desenvolvimento. Não se propõem a alterar seus padrões de consumo, mesmo que isto implique em promoção da miséria.

Citando o escritor Eduardo Galeano, o conselheiro da OIKOS - União dos Defensores da Terra/São Paulo, Randau Marques, disse que há nações especializadas em ganhar e nações especializadas em perder, estando o Brasil historicamente no segundo caso. "Tudo indica que iremos continuar entre os perdedores, se aceitarmos o rolo compressor que os países do 1º Mundo estão jogando em cima dos países em desenvolvimento, detentores da maior biodiversidade do planeta".

Randau Marques acredita que o momento de florescimento da biotecnologia e da biologia molecular, "pressagiando uma nova era baseada mais do que nunca

na utilização dos recursos genéticos existentes em nossos ecossistemas", esteja coincidindo com uma pressão sem precedentes sobre países como o Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai. Cita, por exemplo, o empenho do vice-presidente norte-americano Dan Quayle em exigir a aprovação do código de propriedade industrial. Com isto, diz ele, os brasileiros passarão a despendar US\$ 6 a 8 bilhões por ano na compra de remédios, contra os US\$ 3 bilhões atuais. "Isso será pago pelos brasileiros famintos, subnutridos e subjugados por relações perversas, mantidas por mecanismos tipo GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), em que o 1º Mundo não abre mão do protecionismo de suas mercadorias, de seus produtos, de suas *commodities*, aviltando o preço das mercadorias de países como os nossos".

O secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Alaôr Caffé Alves, é igualmente taxativo: "Não podemos manter esse modelo econômico-social. É preciso alterar profundamente as relações tensas, espoliativas e problemáticas entre o Norte e o Sul, entre os países do 1º Mundo desenvolvido e do 3º Mundo em desenvolvimento. Apela para a reflexão entre o Público e o Privado, chamando a atenção para o fato de que alguns segmentos praticam situações que, muitas vezes, não têm muito a ver com a comunidade em geral".

NORTE/SUL

O processo de preparação da Eco-92, na opinião de Randau Marques, está sendo marcado por um "recrudescimento artificial do confronto Norte/Sul". Assim, diz ele, a delegação norte-americana no Precon - reunião preliminar realizada em Nova Iorque - está condicionando a vinda do presidente George Bush à conferência a algumas renúncias por parte dos países em desenvolvimento. Assim, eles deveriam aceitar que a convenção sobre florestas tropicais fosse ditada pelos países ricos; que o novo fundo de financiamento internacional para projetos ambientais fosse gerido pelas nações do 1º Mundo; e deixariam de culpar as nações industrializadas pelos danos que elas causam à biosfera planetária. Randau Marques apresentou uma noção de repúdio a estas alegadas pressões, na forma de uma carta aberta a George Bush.

Por trás disto estaria a intenção das nações industrializadas, de fazer com que a Eco-92, repetindo sua congênere de Estocolmo em 1972, aprove apenas declarações de intenções, e não convenções, que têm um poder efetivo na ordem internacional, obrigando as nações signatárias a cumprirem o estipulado. "Os Estados Unidos e demais componentes do G7 (o grupo das sete nações mais poderosas do planeta) preferem adiar o quanto puderem a assinatura de convenções, substituindo-as por declarações de princípios muito bonitas, retoricamente perfeitas, porém vazias", garante Randau Marques.

O pressuposto é de que os Estados Unidos não aceitem abrir mão de seus padrões de consumo ou de sua matriz energética, pois programas de limitação das

emissões do dióxido de carbono e de redução do consumo de energia e recursos naturais renováveis e não renováveis são impopulares e teriam reflexos na eleição presidencial, avalia o conselheiro da OIKOS. Ele aponta, entretanto, a possibilidade de que o Japão venha a assumir um papel de maior relevância dentro do G7, injetando vultosos recursos em projetos ambientais no mundo inteiro como forma de contestar a atual hegemonia norte-americana; assim, os nipônicos seriam aliados potenciais dos países em desenvolvimento na Eco-92.

Já o economista Raimar da Silva Aguiar, representante do governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, criticou a postura dos países desenvolvidos que, no seu entender, querem manter a Amazônia como um santuário intocável. "É irracional que o egoísmo daqueles que já se desenvolveram coloque um manto de preservação sobre nossa incomensurável riqueza. Entendida como congelamento, a preservação é uma atitude covarde, despropositada, egoísta, autoritária, desumana, desequilibrada, inadequada, antiecológica e antifraterna".

PROTOCOLO ALEMÃO

Wilhelm Knabe, ex-deputado do Partido Verde da Alemanha, apresentou os termos de um protocolo do governo de seu país, que visa estabelecer no plano internacional um tratamento igual para a exploração e preservação das florestas. Em seu preâmbulo, o documento propõe o seguinte: "Devido à extensão de sua superfície e às suas funções na economia interna da natureza, os ecossistemas florestais da Terra fazem parte do patrimônio vital da humanidade, do qual não se pode abrir mão. As florestas naturais desenvolveram-se no decorrer de milhões de anos de evolução, formando comunidades vitais altamente complexas de sociedades animais e vegetais. Qualquer exploração econômica das florestas deve ser sujeita ao respeito devido a essas comunidades vitais".

Esses termos, conforme o protocolo alemão, devem ser inseridos na legislação de todos os países. A Lei, acrescenta o documento, deve ter o objetivo de "manter, ampliar e garantir as florestas, no sentido de submetê-las a uma exploração econômica condizente com seus processos naturais, pois elas produzem matérias-primas renováveis e proporcionam lazer às populações".

O protocolo sugere, ainda, que devem ser utilizados procedimentos silviculturais e de exploração que conduzam a proporções de espécies, reservas de biomassa e estruturas por idade e por espaço. E, de "acordo com o princípio econômico da rentabilidade, as metas deverão ser alcançadas com os mínimos dispêndios de recursos, mas deverão ser cumpridas na maior parte possível".

O ex-parlamentar alemão, após apresentar o protocolo, observou que "a humanidade tem de se conscientizar de que a evolução do Planeta atravessou um limiar decisivo". Para ele, o fato novo nas relações entre ambiente e sociedade é que, despercebidamente,

a natureza voltou a ser o sujeito da história e não mais objeto do planejamento, da pesquisa e das ações. "Pela primeira vez na história, o Planeta reage como um todo aos erros do comportamento humano".

Como exemplos dessa "reação da Terra", Wilhelm Knabe citou os níveis radioativos ainda detectáveis, resultantes dos testes atômicos; a incapacidade de se evitar a contaminação proveniente do acidente nuclear de Chernobyl, em 1986; e a descoberta do buraco de ozônio sobre o continente Antártico e do efeito estufa. Esses problemas "ilustram a seriedade da situação e deixam claro que não bastam soluções nacionais, mas que a humanidade toda terá de mudar a sua maneira de pensar e agir", acentou, acrescentando: "Naturalmente, tais mudanças somente se verificam quando muitos indivíduos e grupos se prontificam a adotar um procedimento positivo".

Entre os problemas ecológicos contemporâneos, o ex-deputado alemão destacou a destruição das florestas. E, neste caso, ele não isentou os países desenvolvidos, acentuando que o problema não ocorre somente nos trópicos, mas também nas nações industrializadas do Norte, por conta dos gases poluentes.

Wilhelm Knabe destacou, também, a importância do trabalho realizado em todo o mundo pelos grupos ambientalistas - "fundamental à construção de uma sociedade planetária" - e observou que a destruição ambiental deve ser objeto da preocupação constante da classe política. Como exemplo da atuação dos políticos no campo ecológico, citou decisão do Parlamento da Alemanha, que incumbiu o governo de adotar medidas protetoras da atmosfera. Entre as providências, constam a meta de eliminar a utilização dos compostos clorados de fluor-carbono até 1995 e de reduzir o dióxido de carbono em cerca de 30 % até 2005. Essas decisões foram fruto de trabalho realizado pela Comissão de Inquérito sobre "Precauções para Proteger a Atmosfera Terrestre", do Parlamento da Alemanha, da qual Wilhelm Knabe fez parte como deputado. Ele defendeu uma ação ampla, não só de grupos ambientalistas, políticos e governos, mas de toda a sociedade, na direção da preservação. "Todos devem contribuir para convencer o público em geral de que a conservação da natureza é importante e necessária e que todos precisam ajudar a manter o ambiente, que precisam contribuir, inclusive com o dinheiro dos impostos, para que isso seja feito. Conseguimos isso na Alemanha".

POLUIÇÃO E MISÉRIA

Independentemente da ordem econômica mundial e da posição dos países industrializados, como a Alemanha, por exemplo, o modelo vigente no Brasil foi colocado em xeque. Para o secretário do Meio Ambiente de São Paulo, Alaôr Caffé Alves, "o projeto econômico brasileiro é extremamente gravoso para sua população, pois, pior do que a poluição das águas, do ar e do solo é a degradação humana através da miséria e pobreza." Alaôr Caffé Alves acusou também algumas empresas

de, na "busca do lucro fácil e imediato, acabarem por desatender profundamente os interesses da coletividade e da comunidade, fazendo com que o interesse privado se sobreponha ao público".

D. Paulo Evaristo Arns, Cardeal-Arcebispo de São Paulo, fez a entrega do documento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que retrata a posição de todas as Igrejas Cristãs em preparação à manifestação das grandes religiões durante a Eco-92.

Segundo o Cardeal, "a Terra só se conserva pela mística, porque a mística aprofunda e penetra de forma nova o mistério de cada ser e o do próprio universo; aprofunda a poesia e a ciência até onde a inteligência e o coração ainda não podem penetrar; e é elemento essencial no processo de mudança da postura ética no enalço do desenvolvimento sustentado".

Na mesma linha dos demais debatedores, enfatizou que o milagre da Criação não estará se realizando enquanto "o mundo só pertencer a alguns e as favelas não desfrutarem de água pura, nem se iluminarem com o sol e a luz, nem respirarem ar despoluído".

Lembrando que todas as religiões do mundo, particularmente a de nossos índios e caboclos, unem o homem à terra, ele estabeleceu uma prioridade social para a conferência das Nações Unidas: "Os pobres se identificam com a terra e precisam dela para a vida. Os exploradores lhe destroem as entranhas, ressecam e poluem os ares, provocam chuvas ácidas com sua insaciável sofreguidão. A Eco-92 nada terá alcançado se não devolver o dom da terra a todos os homens".

O deputado Fábio Feldmann - mediador dos debates - acrescenta que a questão ambiental não pode ser colocada fora do seu contexto histórico. "Se o Brasil vive a situação dramática de hoje, é porque existe uma história atrás disto. Os ambientalistas têm um compromisso com a bandeira geral de resolver as diferenças sociais, enfrentando aquelas elites responsáveis pela situação que o País atravessa atualmente".

ZONA FRANCA

O presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Federal recriminou também as alusões à miséria "em termos absolutos, como se esta miséria não tivesse de ser colocada dentro dos contextos social e econômico". Neste sentido, afirmou que o representante do Governo do Amazonas, ao lamentar a miséria no seu Estado, se esquecera de dizer que ela se deveu à aceitação de um modelo de desenvolvimento e ocupação que grassava em todo o país, para lá levado "pelos governantes nos últimos 20, 30 anos". Trata-se, no seu entender, de um modelo que não funcionou, tendo concentrado renda, degradado os recursos naturais e provocado maior injustiça social.

Raimar da Silva Aguiar contrapôs que o instrumento em questão, a Zona Franca, criada durante os governos militares, trouxe resultados satisfatórios nos limites estritos em que estava circunscrita: na área urbana de Manaus, dentro de um estado com 1,5 milhão de quilô-

quilômetros quadrados. "Ela não degradou o meio ambiente, tanto que lá funcionam as famosas indústrias sem chaminés".

O representante do governador Mestrinho argumentou que o problema social existente nos arredores de Manaus decorre não desse modelo de desenvolvimento - "o único projeto do Governo Federal que teve alguma eficácia"-, mas sim das restrições que o 1º Mundo impunha ao 3º Mundo, impedindo-o de processar suas riquezas e relegando-o ao fornecimento de matérias-primas em estado bruto, o que, no caso do Amazonas, fez com que durante mais de cem anos a população se dedicasse apenas ao extrativismo.

Randau Marque veio em apoio de Feldmann, afirmando que a Zona Franca é altamente subsidiada por todo o país. Além disto, acusou o governador Gilberto Mestrinho de "fazer uma coisa na prática e dizer outra na retórica", tendo apresentado o "Código Amazônico, com todas as suas aberrações".

Raimar Aguiar replicou que, apesar da renúncia fiscal, o Amazonas gerou para os cofres federais, em 1991, uma arrecadação de US\$ 407 milhões, não tendo recebido retorno em investimentos na mesma proporção. A receita tributária gerada no Amazonas, acrescentou, corresponde a 49% do conjunto da arrecadação dos oito Estados amazônicos. "Então, ao invés de ser um peso para o Governo Federal, a Zona Franca promove negócios não só em Manaus, mas para outras regiões do País, que lhe fornecem insumos", afirmou.

Quanto ao Código Amazônico, acrescentou, se tratou de uma contribuição ao Governo Federal, na forma de propostas mais condizentes com a realidade local, pois "as políticas levadas pela esfera federal para lá, em função do desconhecimento de dados importantes, vem sendo muito maléficas para nosso povo".

Finalmente, Fábio Feldmann questionou a necessidade do Centro de Excelência em Pesquisa e Ensino, reivindicado pelo governo amazonense para, "com a participação da massa crítica brasileira, dos países amazônicos e da comunidade internacional, desvendar os elementos essenciais e a economicidade da sua biodiversidade". O deputado pôs em dúvida esse pleito, por considerar que "o problema não é criar novos centros de excelências, mas sim dotar a comunidade científica brasileira de recursos para que ela possa desempenhar suas atribuições". E lembra que as restituições de pesquisa já instaladas no Amazonas e que conquistaram reputação internacional, "estão relegadas a uma miséria absoluta como toda a ciência e tecnologia do país".

Raimar Aguiar respondeu que os institutos lá existentes estão na esfera federal e "nós pretendemos fazer alguma coisa nossa, com conhecimento local, conhecimento dos nossos caboclos e índios". Trata-se, exatamente, de uma tentativa de romper o "modelo perverso" que relega ao Estado a função meramente extrativa, "porque quem fornece matéria-prima e compra produto industrializado, não tem a menor condição de pesquisar, de promover a educação, saneamento, nada".

MOBILIZAÇÃO

Para Fábio Feldmann, mais importante que o evento oficial da Eco-92, em que se fará a assinatura de documentos já negociados em nível de governos, será o processo de discussões detonado pela conferência, envolvendo organizações não governamentais, comunidade científica, líderes espirituais etc. "Cabe-nos, por exemplo, aprofundar a questão dos mecanismos através dos quais o cidadão comum possa realmente exercer sua cidadania dentro dos países. É o primeiro passo para a cidadania planetário, pois esta é impensável num país onde 90% da população não têm cidadania plena".

Para ele, a coletividade precisa aprender a cobrar eficácia dos governos, "que têm sido absolutamente incapazes de equacionar não só os problemas ambientais, mas as carências mais gerais das sociedades em que vivemos". E faz um alerta: os ambientalistas fracassarão se não tiverem a capacidade de cobrar e traduzir essa cobrança em questões concretas.

Randau Marques destaca que, como campeão mundial da biodiversidade, o Brasil pode obter ganhos importantes na Eco-92. "Devemos utilizar os canais políticos de que ainda dispomos. A opinião pública internacional é vulnerável à verdade, e nós podemos espriar essa verdade através da mídia. Bons argumentos não nos faltam: somos detentores de um terço da floresta tropical, onde vivem dois terços das espécies existentes na Terra".

Alaôr Caffé Alves sustenta a necessidade de mobilização "das grandes massas e da grande coletividade, dentro de uma dimensão fundamentalmente motivadora, no sentido de resolver os problemas ambientais a partir das funções sociais e soluções políticas para este povo que está tão sofrido diante do processo espoliativo de nação para nação, de hemisfério para hemisfério".

Finalmente, D. Paulo Evaristo Arns acredita que, "se lutamos pela árvore e pelo animal, nós temos de começar a lutar pelo homem e a sua dignidade".